

# equilíbrio na economia

Brasil

FROTA NETO  
Da Editoria de Economia

O presidente José Sarney já comunicou a auxiliares seus que pretende participar diretamente das negociações para definir a arquitetura do novo "pacto político e social" para o Brasil. O cronograma presidencial, nesse sentido, tem dois eventos básicos a serem vencidos: a questão da definição política sobre conteúdo, forma e duração do seu governo; e a questão da definição do conteúdo, forma e alcance das políticas econômicas.

Em torno dessas duas questões está sendo travada uma tensa e contínua disputa nos centros do poder. Avançando nos cenários simulados do futuro a curto e a médio prazo do Brasil, os grupos políticos, independentemente das lendas sob as quais estão abrigados, já começaram a construir os azeiros de defesa de suas posições. O dado básico da definição da duração do mandato presidencial abre os apetites — até agora inibidos — para a sucessão.

Dentro e fora do atual governo há candidatos. Na medida em que se começa a falar agora em "governo de união nacional" os que já estão entrincheirados em seus cargos e posições temem por uma redução de espaços para abrigar os aderentes. Em função das expectativas geradas na forma de ansiedade política, muitos começam a avaliar que espaços conta o presidente Sarney para negociar. E aí que entra a segunda questão: a definição de quem vai mandar, e, portanto, como será a política econômica.

A resposta a esse quesito passa por uma subetapa naquele cronograma central: o perfil do ministério no governo Sarney. Muitos acreditam que Sarney uma vez efetivado na Presidência da República tenderá a fazer uma reforma ministerial que não apenas de superfície. Mas há os que não pensam assim. Para estes, Sarney deve manter o ministério "como uma homenagem a Tancredo", só afastando esse ou aquele nome por questão de afinidade e não por reagrupamento ou renegociação política.

Uma terceira hipótese, que vai mais e mais se

aproximando do senso realista, é a de que Sarney não tem por que se desgastar politicamente fazendo uma reforma ministerial uma vez considerando que a médio prazo há um dado que torna essa reforma inevitável — e que não por iniciativa do Presidente. Os que assim pensam apontam para o fato de que dentro de mais um ano e pouco — doze meses e menos de quinze dias — a grande maioria do ministério terá que se desincompatibilizar do cargo ministerial para se candidatar a um cargo majoritário ou proporcional. Nesse particular, dos 27 ministros de Estado, doze deverão ser candidatos: Fernando Lyra (Justiça), Afonso Camargo (Transportes), Pedro Simon (Agricultura), Marco Maciel (Educação), Carlos Sant'Anna (Saúde), Aureliano Chaves (Minas e Energia), Antônio Carlos Magalhães (Comunicações), Waldir Pires (Previdência Social), Paulo Lustosa (Desburocratização), Renato Archer (Ciência e Tecnologia), José Aparecido de Oliveira (Cultura), e Aluizio Alves (Administração). Deve ser considerado, ainda, que dos que não constam dessa lista acima e excluídos os seis ministros militares, a probabilidade alta de que se interesse pela busca de um mandato, três outros ministros: Olavo Setúbal (Relações Exteriores), Almir Pazzianotto (Trabalho) e Flávio Peixoto (Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente).

Com essa listagem, Sarney não teria por que sofrer desgaste político-partidário nem político-partidário com o tira-bota ministro velho-novo ministro. Desse modo, sua frente mais próxima de debate está sendo travada mesmo é na área econômica. Será a definição dos resultados de política econômica que definirá, em grande parte, o perfil que terá o próximo Congresso Nacional, e, portanto, a Assembleia Nacional Constituinte.

Muitos políticos já apostam em Brasília que haverá uma dura batalha entre os "grupos conservadores" e os "grupos progressistas" para, definindo o perfil da Constituinte, definir o conteúdo da próxima Constituição. O presidente da República conhece os interesses em jogo, sabe que os seus azeiros, apoios e sustentações serão vitais

para a maior ou menor influência desse ou daquele grupo ou ala. Assim é sobre a definição da política econômica do governo até as eleições que está, no momento, se travando a batalha mais árdua no centro de poder em Brasília.

A definição da política econômica em termos de diretriz e dos grupos que a influenciarão decisivamente não poderá ser dada até que o governo conclua o esboço do futuro pacto político e social. Até agora o governo já obteve as manifestações do empresariado mais conservador que fala em admitir a "redistribuição dos sacrifícios". Mas essa fala é muito pouco. Vale sequer como uma pista porque as manifestações do empresariado que é identificada com o governo (desde que os atuais grupos eram oposições) falam em processos de negociação mais amplos e mais permanentes, tais como a revisão da legislação sindicalista e do direito de greve. No momento, aliás, há em São Paulo um exercício muito mais concreto sobre essa arquitetura social.

O temor tanto do governo quando do empresariado é de que o que for definido em São Paulo venha a ser tomado como "modelo de manequim" para as futuras manifestações e negociações. Acontece, porém, que o começo da negociação se aproxima de modo inexorável, especialmente considerando o dado básico que será o anúncio do salário mínimo a vigorar a partir de primeiro de maio. Nesse começo de composição, a política de preços do comércio e da indústria e dos serviços do Estado se vinculam às diretrizes sobre salário: os direitos das classes — padrões empregados — se articulam com os deveres; e o governo, em todo esse processo, ainda não conseguiu obter credibilidade suficiente para intervir na construção do pacto na forma de "autor" capaz de oferecer e efetivamente dar garantias entre os parceiros sociais. Esta é a razão pela qual a definição sobre a economia desliza e patina, exigindo uma presença mais expressiva do presidente da República no cenário de negociação. Foi a promessa de que essa presença acontecerá a partir de agora que Sarney fez esta semana.